

RESOLUÇÃO Nº 09/2016

O **PLENÁRIO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições contidas no artigo 60 da Lei Federal nº 8.934/94 nos artigos 32 inciso II, alínea "h" e 48 do Decreto nº 1.800/96 e na Instrução Normativa nº 05 de 05 de dezembro de 2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.

CONSIDERANDO a necessidade de adotar procedimentos capazes de viabilizar o cumprimento das disposições legais acima citadas.

RESOLVE:

I – Aprovar o Edital anexo para o Cancelamento de Empresários e Sociedades Empresários inativos, assim considerados aqueles que não procederam a qualquer arquivamento no período de 31.12.2005 a 31.12.2015.

II – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se. Cumpra-se.

Sala das Sessões, 12 de julho de 2016.



Antonio Carlos Marcial Tramm
Presidente


João Carlos Oliveira da Silva
Vice Presidente


Adary Oliveira


Ângela Goes Neiva


Antonio Carlos R. da Silva


Arthur G. Sampaio


Bruno Pires Sacramento


Cleber Guimarães Bastos


Daniela Santos Bomfim


Fernando Pimenta


José Carlos B. Rodeiro


Juvenal Rodrigues Neiva


Karina Chaves Daiha


Manuel Lubian


Marcelo Guerra


Maria Constança Galvão


Max Muniz


Nestor Mendes Junior


Petrônio Alberto da Fonseca


Rubens Lins

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

EDITAL

O Plenário da Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB em sessão de 12/07/2016, consoante as disposições contidas no art. 60 da Lei Federal nº 8.934/94 no art. 32, inciso II, alínea “h” e no art. 48 do Decreto nº 1.800/96; e na Instrução Normativa nº 05 de 05.12.2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, torna público que a Junta procederá ao cancelamento de Empresários e Sociedades Empresárias inativos, assim considerados aqueles que não procederam a qualquer arquivamento no período de **31.12.2005 a 31.12.2015**, nos termos do presente Edital.

1. DO CANCELAMENTO DE EMPRESÁRIOS E SOCIEDADES EMPRESÁRIAS INATIVOS

O Empresário (nova denominação dada à Firma Individual pela Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil) e a Sociedade Empresária que não procederam a qualquer arquivamento no período de **31.12.2005 a 31.12.2015**, deverão comunicar a Junta Comercial de que desejam manter-se em funcionamento, sob pena de ser considerado inativo, terem seu registro cancelado e perderem automaticamente a proteção de seu nome empresarial.

§ 1º Quando não tiver ocorrido modificações do ato constitutivo no período, a comunicação deverá ser efetuada através de “Comunicação de Funcionamento”, assinada, conforme o caso, pelo titular, sócios ou representante legal;

§ 2º Na hipótese de ter ocorrido modificações do ato constitutivo no período, para efeito da comunicação de que trata este artigo, a empresa deverá arquivar a competente alteração;

§ 3º No caso de paralisação temporária de atividades, a empresa deverá arquivar “Comunicação de Paralisação Temporária de Atividades”, para que não ocorra o cancelamento de seu registro ou a perda de proteção do nome comercial, observado o prazo previsto.

A relação dos Empresários, das Sociedades Empresárias cujos registros forem cancelados, será publicada no órgão de divulgação dos atos decisórios da Junta Comercial do Estado da Bahia e será encaminhada às autoridades arrecadoras e fiscalizadoras da União, do Estado da Bahia e Municípios, conforme dispõe a IN/DREI nº 05/13.

A JUCEB comunicará o cancelamento no prazo de dez dias da publicação de que trata o item anterior às Juntas Comerciais dos Estados onde existam filiais ou nome empresarial protegido das empresas canceladas, para fins do respectivo cancelamento complementar.

O cancelamento não implicará na extinção dos débitos tributários, sociais e trabalhistas do Empresário ou sociedade Empresária.

2. PRAZO

As comunicações ou alterações mencionadas neste Edital deverão ser arquivadas nesta Junta Comercial, de 18.07.2016 até 18.08.2016.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os modelos de “Comunicação de Paralisação Temporária de Atividades” e “Comunicação de Funcionamento” serão fornecidos sem nenhum custo para o usuário na Sede, SACs, Escritórios Regionais e *site* da JUCEB.

A relação das Empresas sujeitas ao cancelamento será disponibilizada no *site* da autarquia.

Salvador/BA, 12 de Julho de 2016.



Antonio Carlos Márcial Tramm
Presidente